

Iluminação e Certificação

Quem ganha? O que muda?

Por Cláudia Amorim

Nos últimos anos, as certificações ambientais têm se inserido fortemente na rotina profissional de arquitetos, engenheiros e projetistas em geral. Os responsáveis pelo projeto de iluminação não ficam de fora neste processo. As certificações ambientais, de maneira geral, apresentam requisitos também para o projeto de iluminação.

Mas o que significa exatamente projetar para obter uma certificação? Quais as vantagens disto? E o que tem mudado no cenário projetual em função destas novas exigências?

De maneira geral, no Brasil têm se difundido dois grandes sistemas de certificação estrangeiros: o sistema americano LEED e o francês HQE, que no Brasil foi adaptado pela Fundação Vanzolini e renomeado AQUA. O LEED também foi adaptado para o contexto brasileiro, pelo Green Building Council Brasil. Numa iniciativa nacional, em 2009, foi lançada pelo PROCEL/Eletrobrás, através do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO, uma terceira certificação, denominada Etiquetagem de Eficiência Energética de Edifícios, baseada em critérios e parâmetros brasileiros que avaliam os sistemas de Envoltória, Iluminação e Ar Condicionado. Primeiramente foi lançada a versão para edifícios comerciais, públicos e de serviços, e está prevista para 2010 a versão para edifícios residenciais.

Todas estas certificações, de maneira geral, abordam aspectos específicos relacionados à iluminação. Exemplificando, o LEED aborda em suas categorias vários itens que se relacionam à iluminação: Energia e Atmosfera, Redução da Poluição Externa, Otimização do Desempenho Energético, Controlabilidade dos sistemas de Iluminação, Iluminação Natural e Vista Externa, etc. Já a Etiquetagem de Eficiência Energética do PROCEL/INMETRO propõe a avaliação da iluminação com o cálculo da densidade de potência de iluminação instalada por área e apresenta alguns pré-requisitos, como a divisão do circuito de iluminação na área

próxima às janelas, desligamento automático de iluminação, etc.

No caso dos sistemas internacionais, sem entrar no mérito da raiz ou da origem dos diversos critérios, ou no caso dos sistemas nacionais, o que pode se perceber são mudanças na complexidade do projeto, arquitetônico e luminotécnico. Com relação aos critérios exigidos em edifícios de escritórios, por exemplo, o LEED estabelece que pelo menos 75% dos espaços tenham iluminação natural e 90% tenham vista para o exterior. Neste caso, é interessante que o projetista de iluminação possa integrar o sistema de iluminação artificial à iluminação natural.



Arquivo pessoal

Especial atenção deverá ser dada, por parte do projetista de iluminação, na escolha dos equipamentos a serem utilizados: as certificações, de uma maneira ou de outra, trabalham com o conceito de eficiência energética – o critério é a Densidade de Potência Instalada. Lâmpadas e luminárias mais eficientes, portanto, devem ser a busca permanente dos projetistas, além da composição e iluminação dos ambientes do ponto de vista funcional, estético e conceitual. Neste ponto, o uso de softwares de simulação é uma ferramenta importante para prever a iluminação que está sendo projetada e ao mesmo tempo já calcular a potência instalada por área. Isto exigirá dos fabricantes uma maior atenção à disponibilização das curvas fotométricas de lâmpadas e luminárias para que seja possível a simulação da iluminação. Mudança cultural não indiferente...

De forma geral, todas as certificações tendem à evolução, pois nenhuma é perfeita e completa. Mas trazem a médio prazo perspectivas de melhoria na qualidade dos projetos.

Muda algo? Sim, muito. Quem ganha? Todos, incluindo projetistas, fabricantes e o público em geral. E, sem retórica, o meio ambiente agradece. ◀

Cláudia Naves David Amorim
é arquiteta, professora Doutora da FAU/UnB.
clamorim@unb.br